

04 ENTREVISTA

05

Sexta-feira | 06 de junho de 2025 | Negócios

MARIA DE LURDES RODRIGUES

Estamos a regredir no investimento público na ciência

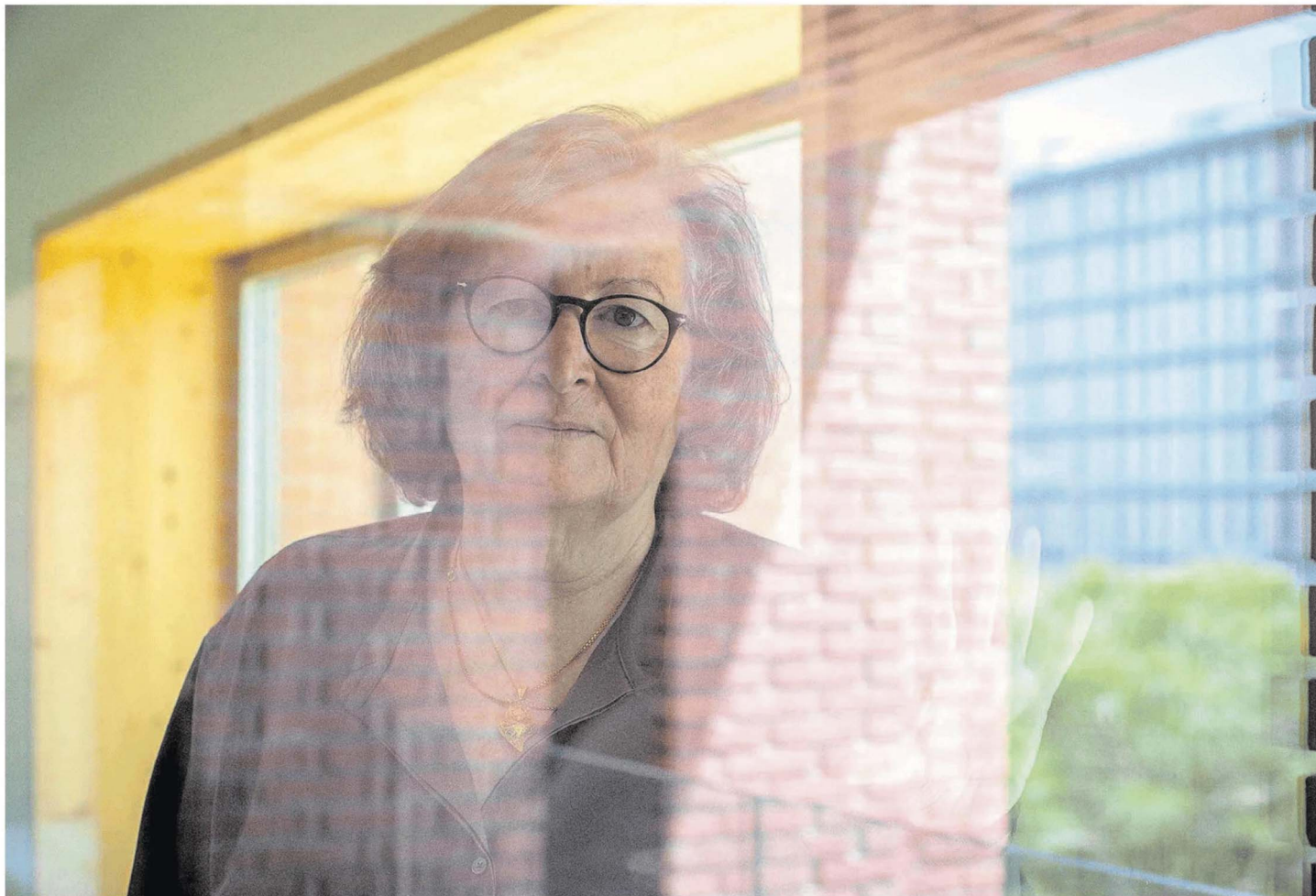
A ciência ainda está a sofrer o impacto da troika. O alerta é feito no ensaio "Investimento em Ciência", que a reitora do ISCTE, Maria de Lurdes Rodrigues, escreveu para a Fundação Francisco Manuel dos Santos e que apresenta esta sexta-feira, na Feira do Livro de Lisboa. No livro, refere que o financiamento à atividade científica estagnou e que a parte do Estado foi "encolhendo", estando agora a níveis do início dos anos 1990. Há o risco de o Estado se "desresponsabilizar" do seu papel de garante de um "sistema científico equilibrado e sustentável", diz. A antiga ministra da Educação de um governo PS olha para os resultados eleitorais e admite que ficou surpreendida com a "dinâmica" que se gerou no país à volta do Chega. Com a fragmentação que existe no Parlamento, deve haver um acordo escrito, que garanta a estabilidade governativa, tal como quando foi criada a "geringonça", defende.



FILIPA LINO

BRUNO COLAÇO





O investimento na ciência deve começar logo na infância, na idade dos “porquês”?

Sim, o investimento na cultura científica, na compreensão de como o mundo e as coisas à nossa volta funcionam, deve começar cedo. Nesse sentido, o ensino experimental das ciências, através dos jogos e de atividades, é muitíssimo importante. Avancámos nessa matéria, não tanto no ensino formal, mas no ensino informal. Há um investimento dos pais e das famílias em proporcionar às crianças visitas aos centros Ciência Viva, ao Pavilhão do Conhecimento... Mas, nas escolas, o progresso é menor. A forma como se ensinam as ciências naturais é, na minha opinião, muito deficitária da experimentação, do saber fazer, da “mão na massa”. Temos um ensino que valoriza muito as componentes teóricas da transmissão discursiva. Precisamos de ser mais efetivos no ensino experimental.

Mas podemos dizer que já existe uma cultura de ciência em Portugal?

Portugal é um dos países em que os cidadãos têm uma relação saudável com a ciência. Não temos problemas graves, como alguns países, de aceitação, por exemplo, dos programas de vacinação. Fizemos um caminho longo, difícil, mas

muito bem conseguido de conquista da confiança das populações nas instituições de saúde, de ciência e de conhecimento. Não podemos é abrandar a atenção a essa dimensão. Isso passa muito pelas escolas, pela disponibilidade de espaços e atividades de difusão de ciência. Passa por aprender não apenas lendo e ouvindo as aulas, mas ensaiando, experimentando e tendo contacto com os cientistas.

No livro, refere que, em termos do financiamento da atividade científica, há um antes e um depois da troika. A ciência ainda não recuperou da crise financeira?

Não. A ciência não recuperou da crise financeira. Nos últimos 30 anos, até à troika, tivemos um progresso extraordinário, em todos os indicadores – na criação de unidades de investigação e na sua robustez; no reforço na formação de investigadores com os programas de doutoramento; na produção científica; no equipamento dessas instituições... em todos os indicadores, melhorámos sempre. A partir de 2011, o país entrou em estagnação. Quando verifiquei as fontes de financiamento, percebi que houve uma regressão do investimento público. Aumentou, de facto, o recurso a fundos estruturais, mas o mais que conseguimos foi estar es-

tagnados. Ora, para continuar o desenvolvimento do sistema científico, é essencial que o investimento público acompanhe. Não há nenhum país do mundo em que os sistemas científicos se sustentem sem o investimento do Estado.

Porque é que é tão fundamental o investimento do Estado, se foi sendo substituído por outras fontes de financiamento?

Há dimensões do investimento em ciência que só o Estado pode suportar. É assim em todos os países do mundo. Na ciência fundamental, só o Estado pode investir. É aquela produção de conhecimento em problemas que são de interesse público, que não interessam às empresas, ou que não interessam a setores da sociedade. Estou sempre a dar o exemplo da subida do nível dos oceanos e das alterações climáticas. São problemas de grande complexidade, e a evolução do conhecimento em algumas áreas só é possível se houver investimento público. E não pode ser o investimento europeu, porque esse tem uma agenda. A Europa financia com fundos estruturais aquilo que quer. Um país tem de ter autonomia, senão não se desenvolve. O Estado é um “player” fundamental no sistema científico. Não existe um sistema científico equilibrado e sus-

continua

O padrão da nossa economia não é potenciador de atividades de Investigação e Desenvolvimento.



06 ENTREVISTA

07 MARIA DE LURDES RODRIGUES

Sexta-feira | 06 de junho de 2025 | Negócios

continuação

tentável sem o Estado. Isso é um ponto muitíssimo importante. É por isso que há o compromisso europeu de atingir os 3% do PIB de investimento em ciência, sendo que 1% é do Estado e os outros 2% podem ser fontes de financiamento privadas, empresariais, fundos estruturais, o que quisermos. Considera-se que é o mínimo necessário para manter os sistemas científicos que já existem equilibrados.

E já estamos aí?

Não. Os dados do último Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico, referentes a 2022, revelam que a despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) se situa em 1,7% do PIB, sendo que o esforço público foi de 0,6% e o privado de 1,1%.

Esse objetivo dos 3% é para 2030. Faltam menos de cinco anos.

Sim. E estamos neste momento ao nível em que estávamos em 1991, quando José Mariano Gago fez o Manifesto para a Ciência em Portugal. Esse documento teve como objetivo principal chamar a atenção para a responsabilidade do Estado no desenvolvimento da ciência. Teve um papel muito importante, porque gerou uma dinâmica, um movimento baseado em decisões políticas muito importantes, como a criação do Ministério da Ciência e a definição de uma política específica para a ciência, com instrumentos e metodologias de financiamento próprias e, simultaneamente, estimularam-se os laboratórios de Estado, as universidades, as empresas, para fazer crescer o sistema. O manifesto diz que o Estado tem um papel que não pode ser substituído. Progrediu-se muito. Mas, no que diz respeito ao financiamento público, estamos nos anos 1990. Essa é a minha preocupação. Temos unidades de investigação muito fortes, temos empresas a fazer investigação, internacionalizadas, temos muitos doutorados, muitos investigadores, temos produção científica internacionalizada. Só estamos em 1990, na desresponsabilização do Estado pela ciência.

E é uma tendência?

É uma tendência que vem desde a troika.

Corremos o risco de o financiamento público na Ciência desaparecer, para ser assumido pelas empresas e pelos fundos estruturais?

Não posso esperar isso. Escrevo este livro porque todo o discurso político era de que estamos a crescer no investi-

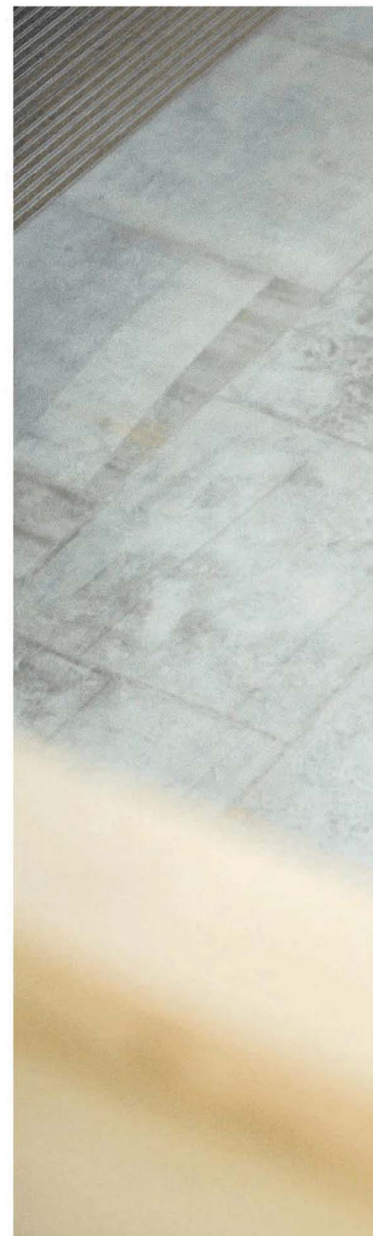
“

Com a fragmentação que existe no Parlamento, é uma exigência que haja capacidade de negociação entre as forças democráticas.

mento em ciência. Fiz a atualização das tabelas do Manifesto de José Mariano Gago para ver como estamos e percebi que não estamos nada a crescer. Desde a troika que estamos em estagnação. Quando analisei o investimento público, percebi que não é estagnação. Estamos mesmo a regredir no investimento público. Então decidi fazer um pequeno livro só sobre as questões do investimento, para chamar a atenção de que é necessário continuar a investir, que o Estado não se pode desresponsabilizar. Neste momento, o risco maior é a desresponsabilização do Estado naquilo que é o seu papel, que é irrigar o sistema, garantir que as unidades de investigação continuam a poder funcionar, que continuamos a formar investigadores. Estamos há 10 anos a formar 2.500 doutorados por ano. A nossa distância neste indicador, em relação aos países da Europa, é ainda muito significativa. Com a troika, diminuiu-se o número de bolsas de doutoramento. Isso fez regredir a trajetória em que vínhamos.

A Europa está a apelar aos países para aumentarem o investimento em defesa. Corremos o risco de haver um desvio de financiamento da ciência para a defesa? Ou, pelo contrário, a indústria da defesa pode ser um dinamizador da investigação científica?

É, seguramente, um dinamizador. O papel do Estado não é só fazer financiamento direto, também é suscitar produção de conhecimento, o envolvimento dos cientistas e das unidades de investigação na resolução de problemas. O Estado pode ser um dinamizador na área da saúde, na área da defesa, em muitas áreas. Creio que não corremos o risco de haver um desvio do financiamento. Estive recentemente em Paris, numa iniciativa convocada pelo Presidente Emmanuel Macron e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, onde estiveram mais de mil dirigentes de unidades de investigação e de universidades de toda a Europa. São todos os que constituem as alianças europeias. Há muitos anos que não assistia a uma iniciativa tão empolgante. Reuniram a comunidade científica e disseram: estamos aqui para afirmar que a ciência é uma prioridade na Europa, ao contrário do que se está a passar nos Estados Unidos, temos recursos financeiros para atrair os investigadores estrangeiros que queiram vir trabalhar na Europa. Fizeram um discurso muito mobilizador para as instituições. Não se exige a todos os países



que invistam determinado montante em valor absoluto. 3% do PIB é um indicador que tem em conta a riqueza que os países produzem, é adequado a países pobres e ricos. Há países que estão neste momento a investir mais. Mas Portugal tem um problema de afetação dos recursos.

Que tipo de problema?

Eu trabalhava no Ministério da Ciência quando foi criado o SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial. É um programa muitíssimo importante. Há muitas empresas que fazem muito bom trabalho na área de I&D e é importante que possam dispor desse benefício fiscal. O problema é que este instrumento se degradou de tal forma que hoje é possível a uma empresa,



Quando olhamos para o mapa dos resultados eleitorais, parece que temos de voltar ao Orlando Ribeiro, é o “país do Norte” e o “país do Sul”.



até a um supermercado, investir em fundos. Entraram uns fundos no SIFIDE e, portanto, as empresas podem ter um benefício fiscal, não por fazerem atividades de investigação, mas por investirem num fundo, que pode ser aplicado daqui por quatro, cinco ou oito anos. São futuros. Neste momento, existem mais de 2.200 milhões de euros investidos nesses fundos, que estão a contar como despesa em investigação. Não são despesa em investigação! São benefícios fiscais. Ou seja, o dinheiro dos impostos que o Estado deixou de cobrar está colocado em fundos, que as empresas não têm de utilizar. Mas sabemos que não temos um sistema produtivo para utilizar 2.200 milhões de euros em I&D. As empresas não têm doutorados suficientes para executar 2.200 milhões de euros em atividades de investigação. O Estado criou este sistema, e bem,

mas não tem um mecanismo de acompanhamento e de controlo, e falta também uma ação efetiva do Estado de recuperação desses benefícios fiscais quando não há investimento em ciência. Se recuperar esses benefícios fiscais, uma parte pode investir diretamente em ciência.

Mas as empresas não estão a ser um motor de desenvolvimento da ciência em Portugal?

O padrão da nossa economia não é potenciador de atividades de I&D. Mas há muitas coisas que estão a mudar. Acredito que as agendas mobilizadoras, por exemplo, vão ajudar a fazer esse caminho. Em muitos setores, estamos a assistir à emergência de novas empresas baseadas em conhecimento e informação que têm, certamente, atividades de desenvolvimento. Isso acontece nos seguros, na banca

continua

Não esperava que houvesse uma dinâmica gerada [no país] à volta do Chega. É preciso parar e ponderar.



08 ENTREVISTA

09 MARIA DE LURDES RODRIGUES

Sexta-feira | 06 de junho de 2025 | Negócios

continuação

ca, em tecnologias digitais, na indústria farmacêutica, na própria agricultura. Há muita modernização a ser feita e acredito que o padrão da nossa economia está em mudança. Mas não temos ainda uma economia que possamos dizer que é baseada ou exigente em I&D.

Porque é que há tão poucos doutorados nas empresas?

Porque as empresas não têm atividades de I&D adequadas à sua formação. Não é por escassez de doutorados que as empresas não desenvolvem atividades de I&D. O problema é que não inovam. Modernizam o seu equipamento com o sistema chave na mão, importam muitas soluções. Para ter uma modernização endógena, precisa de um gabinete de I&D, e isso requer o emprego de doutorados. O que é inverosímil nos nossos dados é dizer: o I&D empresarial está a crescer. E, depois, olhamos para os números e perguntamos: mas cresce, como? Não tem doutorados, não tem recursos humanos. A despesa é investimento em fundos de capital de risco. Estamos-nos a enganar.

Passados estes anos, ainda estamos longe de ter um sistema científico sustentável e equilibrado?

Acho que sim. Um sistema científico estabilizado significa ter cobertura de todas as áreas científicas e um financiamento que permite uma previsibilidade do seu desenvolvimento. Tem falhado este olhar para o sistema de uma forma equilibrada e o irrigar do sistema em todas as áreas, baseado na avaliação. Em todas as áreas de intervenção do Estado pode haver injeção de financiamento independente da avaliação. Em ciência, isso não pode existir. O que distingue a política de ciência são os sistemas de avaliação. E esta avaliação tem de ser rigorosa, regular e credível. Não pode minar a confiança. Não se pode andar a alterar as metodologias de avaliação. Nos últimos anos, temos assistido a demasiadas alterações nos sistemas de avaliação, que são muitas vezes usadas mais para resolver problemas de financiamento do que para avaliar o que é que deve ser financiado. Isso cria uma instabilidade nas instituições, que perdem o foco, perdem a capacidade de se organizar, de prever.

O novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC), recentemente aprovado, vai resolver alguns problemas?

Vai. Na minha opinião, devia ter sido revisto ao mesmo tempo que o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), porque hoje há muita articulação entre as duas carreiras. Isso não foi possível por razões políticas, certamente razoáveis. O que acabou por acontecer foi que o ministro Fernando Alexandre, do governo da AD que caiu, procurou ter uma versão negociada. Aproveitando o que estava feito pelo último governo PS, o grupo parlamentar socialista melhorou e convergiu com a proposta do Governo e tivemos a aprovação de um estatuto. Valorizo essa capacidade de negociação que o PS e a AD tiveram para chegar a uma versão convergente. Os dois programas eleitorais tinham o compromisso dos 3%. Então, se é possível ambas as forças políticas terem esse compromisso, certamente que se conseguem pôr de acordo sobre como se chega a esse valor. Temos de valorizar toda a legislação e regulação que se consegue por acordos políticos amplos, em que as instituições se reconhecem.

O próximo Governo terá a capacidade de dar estabilidade à comunidade científica? Vai conseguir manter-se no poder por quatro anos?

Com o padrão de fragmentação que temos hoje no Parlamento, voltou a ser uma exigência que haja capacidade de negociação. Ninguém é dono da verdade, nem do país. Há interesses diversos, há visões diversas, mas somos todos adultos, somos todos democratas. Então, vamos lá sentar à mesa e fazer um programa que permita uma estabilidade. O que aconteceu em 2015, quando o Professor Cavaco Silva era Presidente da República, foi que ele exigiu um acordo escrito. Na altura, foi muito contestado. Mas aquele governo durou quatro anos. A seguir, em 2019, não há acordo escrito. O governo durou dois anos. A seguir, outro governo. Nenhum acordo escrito...

O acordo escrito é um garante de estabilidade?

Claro. É um compromisso.

Defende que deve ser feito agora, também?

Sim. Mas já defendo isso desde 2015. Apoiei a solução da geringonça, porque resultava de um acordo escrito.

Neste momento, esse acordo devia ser assinado por quem?

O partido que ganhou as eleições deve ponderar qual é a força política que se oferece com capacidade de convergir com o seu programa. O acordo não é fazer todos aceitarem o programa de quem teve mais votos. Tem de haver cedências. Cedem mais os partidos que têm menos representação eleitoral e cede menos quem tem mais representação eleitoral. Mas são escolhas que se fazem. Acho que há forças democráticas e forças antidemocráticas. Se as forças democráticas, que são maioritárias, se entenderem sobre um programa... Mas são coisas que levam tempo. É preciso definir as prioridades que cada partido tem, identificar o que se chama "linhas vermelhas". Não temos pressa. Podemos perder dois meses a negociar, como se faz na Alemanha.

Mas o PS agora tem um problema. Há um vazio de liderança.

Isso resolve-se.

Deve-se resolver já ou tem a mesma opinião de alguns socialistas que defendem que o partido deve fazer primeiro uma reflexão interna e depois então escolher o seu líder?

Mantive-me sempre como independente. Por isso, não emito opiniões sobre a liderança do PS. Tenho simpatia, fui ministra de um governo socialista, mas não sou militante e não entro nessa discussão.

Que avaliação faz do resultado eleitoral do PS? Ficou surpreendida?

Fiquei surpreendida com a subida do Chega. As nossas sondagens davam essa informação, mas o que não esperava era que houvesse uma dinâmica gerada à volta do Chega. É preciso parar e ponderar. Quando olhamos para o mapa dos resultados eleitorais, parece que temos de voltar ao Orlando Ribeiro, é o "país do Norte" e o "país do Sul". Há muito tempo que não era tão evidente, como foi no passado, o norte do país a laranja e o sul do país a outra cor. Isso significa que há um movimento à volta do Chega, que se sobrepõe à esquerda. Também foi buscar votos ao PSD, evidentemente, mas vai buscar votos, maioritariamente, ao PS, PCP e Bloco de Esquerda. Não é apenas um voto de protesto.

Parece ter ficado evidente que aquela discussão política em torno dos casos e casinhos não teve impacto no eleitorado.



A indústria da defesa é um dinamizador da investigação científica.



Algum impacto terá tido. Acho que é preciso fazer uma reflexão, mas aproximam-se agora as autárquicas. O PS é um grande partido autárquico, tem grande capital de investimento e de resultados para mostrar. O investimento que o PS e os outros partidos devem fazer agora é mobilizarem as suas forças para a disputa na campanha das autárquicas. Quando temos determinados resultados, é preciso olhar para eles e depois agir.

Voltando aos centros de investigação. A ciência também se faz através de consórcios internacionais. A Europa tem trabalhado em parceria com vários países, incluindo Israel. Parece-lhe que, com os acontecimentos em Gaza, deveria haver um corte nos protocolos de cooperação científica com entidades israelitas?

É uma questão pertinente e complicada. Tivemos já debates internos no ISCTE e penso que, noutras universidades, também. É um debate suscitado pelos próprios investigadores. Lembro sempre nessas conversas que, quando Portugal vivia sob uma ditadura e tinha uma guerra colonial, as universidades

e o movimento estudantil tiveram um papel muitíssimo importante na conquista da democracia e no fim dessa mesma guerra colonial. Na altura, as universidades portuguesas foram ajudadas internacionalmente, para poderem ter esse papel de mudança. Portanto, eu olho para as universidades de Israel, não para o Governo de Israel. Nesses debates, pergunto aos meus investigadores se é razoável penalizar universidades que podem estar a fazer um bom trabalho pró-Palestina e fazer uma leitura em que se confunde o Governo de Israel com os israelitas e com as instituições israelitas todas, de forma indiscriminada. Este é o meu ponto. Uma coisa é o Governo israelita que, pessoalmente, condeno. Mas não confundo com o povo israelita. Nós não cessámos contratos com nenhuma universidade israelita. Temos, evidentemente, uma sensibilidade para o tipo de projetos que estão a ser desenvolvidos nessas universidades e em que nos envolvemos. Mas acho muito importante, neste momento, fazer essa distinção.

Por outro lado, há um ataque da Administração Trump às universidades

americanas e à comunidade científica. Isso pode trazer professores e investigadores dos EUA para a Europa?

Sim. Acho que alguns virão. Mas são precisos recursos financeiros. É possível, de facto, fazer um recrutamento mais seletivo ou mais aberto. Pode ser por concurso, mas também pode ser por "pesca à linha". Se se recrutar no topo da organização do trabalho científico, é um investigador e a sua equipa. Vem com a sua equipa ou reconstitui a sua equipa com novos elementos. Mas necessita sempre de um investimento, que não é apenas o salário do investigador. Estamos a falar de muito dinheiro.

E os investigadores portugueses que temos nos EUA, podem querer voltar?

Sim. E é uma oportunidade.

Já teve alguns contactos?

Não. Mas podem ter contactado diretamente outros investigadores. Em regra, as relações estabelecem-se, não entre dirigentes de instituições, mas entre investigadores, colegas nas mesmas áreas. Não tive conhecimento, mas é muito provável que possam estar a acontecer esses contactos. w

Estamos há dez anos a formar 2.500 doutorados por ano. A nossa distância neste indicador, em relação aos países da Europa, é ainda muito significativa.





MARIA DE LURDES RODRIGUES

A ciência não recuperou da crise financeira

**SEXTA
06.06.25**



Bruno Colapaço